

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO
NORTE PIONEIRO PARANAENSE

TRANSPARENCY IN THE PUBLIC SECTOR: A STUDY OF THE NORTH MUNICIPALITIES
PIONEER PARANAENSE

Kamilla Forcato Casagrande¹

Juliano Francisco Baldissera²

RESUMO

Esse artigo analisa a relação dos aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos na transparência ativa e passiva dos municípios da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense. Trata-se de um estudo quantitativo, em que 46 municípios fizeram parte da amostra da pesquisa. Como resultados, dos três aspectos socioeconômicos pesquisados, só a população e a educação foram significativos, a primeira com relação à transparência ativa, e a segunda com a transparência passiva em 2016. Sobre os aspectos financeiros-orçamentários, o Endividamento teve significância nas duas transparências, evidenciando que quanto mais transparente o município, mais endividado, mostrando também com o Indicador do Grau de Dependência que quanto menos endividado o município, mais dependente será. A transparência será maior em municípios mais populosos, mas isso não quer dizer que esse município seja menos endividado, já que os resultados mostram o contrário. Observou-se que quanto menos dívida possuir o município, mais desenvolvido em educação será.

Palavras-chave: Transparência; *Disclosure*; Administração Pública; municípios; Finanças Públicas.

ABSTRACT

This article analyzes the financial, budgetary and socioeconomic data base in the active and passive region of the municipalities of the Northern Pioneiro Paranaense mesoregion. It is a quantitative study, in which Como, the third-level socioeconomic indicators surveyed, had the first and last edition in 2016, and the second in relation to two ways of expressing themselves. that the simpler the municipality, more indebted, showing also with the Indicator of Degree of Dependence that less indebted of the municipality, more dependent will be. The text is bigger in the municipalities, but this does not mean what is less indebted, since the results show the opposite. It has been observed that what is more worthy of the municipality, more developed in education will be.

Keywords: Transparency; *Disclosure*; Public administration; local government; Public finances.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Norte do Paraná

kamilla.forcato@hotmail.com

² Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Juliano.baldissera@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação dos gastos públicos por parte do cidadão decorre do próprio direito natural. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, artigo 15, diz que a sociedade tem direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração. Então, pode-se dizer que a transparência da informação pública não é algo tão novo como muitos imaginam.

É inegável que ela tenha ganhado mais notabilidade a partir da edição da Lei Complementar nº 101/2000 (CRUZ, 2010), e mais ainda pela da Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011 (BAIRRAL; SILVA; ALVES). É possível dizer que elas iniciaram um novo ciclo de mudanças na relação cidadão/gestor público.

Para Bairral, Silva e Alves (2015), essas leis determinaram a divulgação ativa ou via solicitação, fazendo com que o fornecimento de dados seja em linguagem acessível e sem barreiras técnicas para que qualquer pessoa que tenha acesso à essas informações entendam sem maiores dificuldades.

Os autores ainda reforçam que a transparência no setor público torna-se cada vez mais importante, já que a sua divulgação, associada aos bons costumes de evidenciação, seja por sites, por relatórios anuais, possibilita um valioso estímulo, tanto para órgãos de controle, como para o cidadão.

A Constituição Federal de 1988 diz em seu artigo 37 que a administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade. A obediência a esses princípios nos faz presumir de que haja uma adesão eficiente para a divulgação dos atos realizados (CRUZ, 2010).

Para Tesoro (2001 *apud* Grau, 2005), a verdadeira transparência não se limita a permitir o acesso às informações dispostas, que muitas vezes são divulgadas conforme a conveniência do gestor público, mas deve facilitar para que qualquer cidadão tenha alcance às informações e as interprete de modo a compreendê-las completamente.

Muito embora haja recomendação em textos legais no Brasil (Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 9.755/1998) acerca do uso de portais eletrônicos para a divulgação de informações sobre a gestão pública, as informações concernentes ao planejamento, execução e prestação de contas do orçamento das diversas esferas governamentais não são disponibilizadas com uniformidade na rede mundial de computadores, de modo que se pode observar portais com significativa quantidade de relatórios e outras informações gerenciais e outros com reduzida evidenciação e poucas informações (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009).

Para Cruz (2010), a associação de que os indicadores socioeconômicos dos municípios tem relação com os níveis de transparência na divulgação das informações por parte da gestão pública é uma direção positiva, já que em seu estudo foi comprovado que se o município tem melhores indicadores socioeconômicos, conseqüentemente terá um maior nível de transparência.

Considerando esse fato, tem-se como questão de pesquisa: **Qual a relação dos aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos na transparência pública dos municípios da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense?** Dessa forma, tem-se como objetivo de pesquisa

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

analisar a relação dos aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos na transparência pública dos municípios da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense.

A partir de coleta de dados de informações referentes a número de habitantes, localização, índice de transparência do Ministério Público Federal, composição do site da prefeitura de cada município, realizou-se uma classificação de quais são os mais transparentes, e qual a relação dos fatores financeiros, orçamentários e socioeconômicos no nível de transparência de informações divulgadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Transparência Ativa e Passiva

Com a criação da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011, tem-se a determinação de que a divulgação das informações deve ser de maneira ativa, mas para saber mais sobre Transparência Pública suas divisões.

De acordo com Moro (2018):

A transparência pública trata do aumento da visibilidade dos gastos efetivados pelo governo com qualidade de informação e em espaço temporal. Esses dados se referem a qualquer informação pública ou sob custódia dos órgãos e entidades da Administração Pública, desde que não sejam sigilosos. Além disso, quando a transparência pública é eficaz, a sociedade pode acompanhar os serviços prestados e identificar quando houver fraudes que impeçam o desenvolvimento do país.

Podendo ser dividida em ativa e passiva, o cidadão ainda mantém seu direito à informação. A Transparência Ativa pode ser resumida basicamente como a divulgação regular e sistemática de informações do Estado, já a Transparência Passiva, é quando o cidadão pode requerer informações, e a Administração Pública deve atender aos pedidos e disponibilizar o que foi solicitado, exceto as informações que exigem sigilo ou confidencialidade em razão da segurança nacional, de processos pendentes, de direitos de terceiros, entre outros (LEWIS, 2011).

Evidencia-se com isso, que a transparência fortalece o controle social e tem o propósito de zelar pelo interesse coletivo, permitindo à sociedade colaborar com o governo, por meio da participação e da fiscalização dos atos da gestão pública, o que torna o entendimento dos fatores influentes da transparência uma necessidade (MOTA; DINIZ; SANTOS, 2017).

2.2 Implicações da Transparência Pública

A divulgação das informações por parte da administração pública faz com que os cidadãos confiem mais na gestão atual, julgando a sua competência e ainda podendo ver o que são feitos dos recursos públicos. O acesso às informações tem fundamental importância para a implantação e aperfeiçoamento das políticas públicas, sendo visto como um meio de atenuar e amenizar as consequências causadas pela corrupção. É possível entender, portanto, que a transparência das informações públicas e a sua disponibilização envolvem dois objetivos: atacar o grave problema da corrupção e propiciar o aperfeiçoamento constante das ações governamentais. (PASCARELLI FILHO, 2011, p. 58)

Pode-se dizer que uma gestão transparente tem como principais características o acesso às informações compreensíveis para todo cidadão e a abertura para sua participação no governo. No Brasil, a abertura para a participação do cidadão no governo também é um

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

direito legalmente garantido. (CRUZ, 2010, p. 61), por isso trata-se de um dever do Estado em prestá-las (MORAES; PLATT NETO, 2016).

Segundo Baldissera (2018, p. 124):

A transparência reduz a assimetria de informação e aumenta o grau de confiança nos atores políticos, minimizando os conflitos de interesses, de modo que contribui para a adequada alocação de recursos disponíveis. Torna-se, portanto, um instrumento disponível para avaliar o agente e tomar medidas necessárias para controlar e evitar as atividades do agente que beneficiam seus interesses, e não o principal.

Apesar dos modernos recursos tecnológicos disponíveis, dar transparência aos atos realizados pelos representantes do poder público não é uma tarefa muito fácil. Ela exige uma política específica, um princípio a ser implementado de forma concertada e, portanto, exige capacidade da autoridade pública (GOMES FILHO, 2005).

Abordando a Transparência e Controle Social na Administração Brasileira, Culau e Fortis (2006) dizem que com relação à produção e propagação de informações, o governo nacional, diante de utilização de instrumentos de tecnologia da informação, tem investido no fortalecimento e na melhoria do governo eletrônico e dos sistemas estruturadores. Entretanto, a transparência das informações, tanto fiscais, orçamentárias e financeiras mostram-se insuficientes para criar uma relação mais próxima entre o cidadão e o gestor, a sociedade e o Estado. Os autores ainda reforçam que a dificuldade principal dessa relação está ligada a dois fatores principais: baixo nível de escolarização da população brasileira e também ao hermetismo da linguagem técnica.

A maioria dos governos que tem investido seus esforços em uma transparência maior em portais eletrônicos visa, de acordo com Silva Filho (2004, p. 1): “ação pública direcionada ao cidadão; oferta de meios de acesso a informações e serviços; organização de informações dentro dos órgãos do governo; troca de informações entre várias esferas do governo e suporte a interoperabilidade.”

Para Barbosa (2009, p. 71), faz-se necessário que o cidadão compreenda e assimile os serviços públicos eletrônicos, cuja finalidade é usufruir dele e conseqüentemente se apropriar dos benefícios.

Mas a questão principal que deveria ser discutida é: Será que todos os cidadãos têm ou podem ter um acesso digno ao seu direito de saber sobre as informações disponíveis em portais? Buscando responder a essa pergunta, Goes e Damasceno (2004, p. 11) evidenciam que o combate à exclusão digital só é possível se a tarefa for encarada pelos governos como uma política pública. A desigualdade tecnológica e o acesso à informação aumentam o abismo entre ricos e pobres, sendo a mais nova face da exclusão social.

Ajudando na solidificação da democracia através da divulgação dos processos por meio dos quais as decisões são tomadas, a transparência faz com que aumente a possibilidade de intervenção dos cidadãos na eliminação da supremacia de interesses particulares sobre os interesses públicos (CRUZ; FERREIRA, 2008). Desse modo, é fácil observar que a transparência causa efeitos nos processos de planejamento, e também nos resultados da gestão.

A motivação para realização de estudos sobre transparência é o atual cenário do Brasil, que acarretam diversos questionamentos sobre a gestão pública e sua competência, fazendo necessário debates sobre possíveis ações para uma boa governança. Outro motivo que

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

ocasiona essas pesquisas é a convicção de que como profissional tem-se o dever de agir como agente de mudanças e impulsionador de boas práticas. No papel de principal, percebe-se a importância e a necessidade de atuar no controle social e na busca de uma sociedade em que prevalece a igualdade (VIEIRA; SANTOS, 2010).

Culau e Fortis (2006), entendem que conferir transparência representa um dos requisitos fundamentais da boa governança e cumpre a função de aproximar o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública. Pode-se dizer que a transparência é uma via de mão dupla, e que sendo importante que todos assumam o papel participativo de gestão e controle do dinheiro público (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2017).

2.3 Estudos Anteriores

A leitura de artigos relacionados a pesquisa em municípios brasileiros auxiliou para um bom desenvolvimento deste artigo.

Santana Junior, Libonati, Slomski e Vasconcelos (2009) realizaram um trabalho visando responder a seguinte questão: os níveis de transparência fiscal eletrônica apresentada nos sites dos Poderes Executivos, Tribunais de Justiça, Assembleias Legislativas, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos estão relacionados aos indicadores econômico-sociais dos seus respectivos estados? A metodologia usada para responder essa questão foi a construção de modelos de investigação, baseados nos instrumentos de transparência estabelecidos pelo artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como resultado, foi possível observar que a desigualdade dos níveis de transparência eletrônica e dos indicadores econômicos sociais dos estados incluídos na pesquisa, mostram que as diferenças regionais também são retratadas na capacidade de adaptação dos entes governamentais estaduais às imposições contidas no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, alguns estados importantes, em relação a desenvolvimento econômico e social, em seus portais eletrônicos, o nível de transparência fiscal foram conflitantes com suas realidades de desenvolvimento local e regional.

Cruz, Silva e Santos (2009) realizaram uma pesquisa nos portais eletrônicos dos municípios de grande porte do estado do Rio de Janeiro, analisando as seguintes variáveis: índice de transparência fiscal eletrônica, taxa de alfabetização, PIB *per capita*, IDH-M, estágio do site, receita arrecadada, e índice de qualidade dos municípios, empregando as técnicas de correlação e regressão. Como conclusão do estudo, constatou-se que os níveis de transparência fiscal e eletrônica foram baixos e incompatíveis com sua realidade de desenvolvimento econômico-social, já que são municípios considerados de grande porte.

Cruz (2010) analisou a transparência na divulgação de informações pela gestão pública através dos portais eletrônicos de 100 municípios brasileiros. Analisando qual a influência dos indicadores econômicos e sociais na transparência eletrônica de cada município. Foram utilizados os indicadores como variáveis: PIB per capita, região, localização, participação em redes de integração, receita orçamentária, acessibilidade do site, taxa de alfabetização, dinamismo municipal, índice FIRJAN, IDH-M, filiação partidária do gestor municipal. O resultado demonstrou que os municípios que tem melhores situações socioeconômicas apresentam uma transparência em nível mais elevado.

Keuneck, Fach e Teles (2011) realizaram uma análise dos níveis de transparência dos sites dos cinco maiores municípios de Santa Catarina, visando se os mesmo estão cumprindo

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

com as obrigações da Lei de Responsabilidade Fiscal. A abordagem usada foi um instrumento de pesquisa criado por Biderman e Puttomatti (2011), que implementam um ranking classificando o nível de transparência no *site* das entidades. Os resultados obtidos usando os parâmetros: conteúdo, série histórica e usabilidade, foram de que a Lei Complementar nº 101/09 é praticada em todas as prefeituras estudadas, ainda sim, não podendo deixar sem atenção o acesso dos cidadãos às informações, fazendo com que as mesmas sejam passadas com a utilização mínima de termos técnicos.

Lunkes, Lyrio, Nunes e Staroscky (2014) analisaram os municípios atendidos pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Chapecó, evidenciando se seus portais eletrônicos contemplam as áreas de preocupação pesquisadas: conteúdo informacional, usabilidade e disponibilização de dados. A metodologia usada para a realização foi a de Multicritério de Apoio a Decisão – Construtiva (MCDA – C) (ENSSLIN; MONTIBELLER – NETO; NORONHA, 2001). Como resultado, os portais municipais estão longe do que se é esperado, ressaltando que para haver uma melhora, são necessárias atitudes simples com benefícios imediatos.

Polizel (2017) realizou um estudo nos portais eletrônicos dos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios do Norte do Paraná (AMUNOP), sendo analisados os seguintes critérios: registro de competências e estrutura organizacional, registro de repasses ou transferência de recursos financeiros, registro das despesas, dados para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, informações referentes a dados licitatórios e respostas e perguntas frequentes.

A motivação para a realização desses estudos tem como um dos motivos o atual cenário do Brasil, que acarretam diversos questionamentos sobre a gestão pública e sua competência, fazendo necessário debates sobre possíveis ações para uma boa governança. Outro motivo que acarreta essas pesquisas é a convicção de que como profissional tem-se o dever de agir como agente de mudanças e impulsionador de boas práticas. No papel de principal, percebe-se a importância e necessidade de atuar no controle social e na busca de uma sociedade em que prevaleça a igualdade (VIEIRA; SANTOS, 2010).

3 METODOLOGIA

3.1 Definição do Tipo de Pesquisa

A metodologia científica é fundamental para qualquer pesquisa, já que é um dos requisitos básicos para o alcance de êxito da mesma (POLIZEL, 2017). Essa pesquisa classifica-se como descritiva, documental e quantitativa.

A abordagem do problema da pesquisa é quantitativa, já que será utilizado mecanismos constituídos e ferramentas formais para a coleta e análise de dados, como o *SPSS Statistics*®. De acordo com Fonseca (2002) a pesquisa quantitativa tem foco principal na objetividade, já que considera que a realidade é compreendida somente pela análise de dados extraídos com a ajuda de instrumentos padronizados e neutros.

3.2 Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Como instrumentos de pesquisa, foram utilizados dados documentais obtidos em sites via *internet*. Esse estudo busca analisar os 46 municípios que compõem a mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, estando todos presentes no Ranking Nacional de Transparência do MPF. A análise desses municípios justifica-se pela proximidade dos autores e também por

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

buscar trazer contribuições para o caso específico.

Adotou-se esse índice por ser o mais abrangente no caso nacional e já ter sido utilizado em outras pesquisas sobre o tema (BALDISSERA et al., 2020). Este ranking fez um exame nacional verificando se os estados e municípios estão de acordo com a Lei de responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de que pratiquem a transparência. Entretanto, por inexistência em alguns dos dados necessários para esse pesquisa, restou uma amostra de 33 municípios para o ano de 2016 e 30 municípios para o ano de 2017.

Considerando o objetivo de analisar a relação dos aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos na transparência pública dos municípios da região Norte do Paraná, determinou-se as variáveis utilizadas nessa pesquisa. A mensuração e definição dessas variáveis estão expostas na Quadro 1.

Quadro 1 – Definição das Variáveis

Variável	Código	Mensuração	Descrição	Ano
TRANSPARÊNCIA				
Transparência Ativa	TA	Diagnóstico através de um Checklist, obedecendo o regimento da Lei de responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso a Informação, considerando a divulgação, independente de requerimento, de informações gerais, sobre receita, despesa, licitações e contratos e relatórios.	A divulgação regular e sistemática de informações do Estado, independente de requerimento dos cidadãos.	2016
Transparência Passiva	TP	Diagnóstico através de um Checklist, obedecendo o regimento da Lei de responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso a Informação, considerando a apresentação de um serviço informação ao cidadão, presencial e eletrônico e se o ente se mostra aberto à contato dos cidadãos.	A divulgação regular e sistemática de informações do Estado, dependente de requerimento dos cidadãos.	2016
FATORES SOCIOECONÔMICOS				
População	POP	Logaritmo natural do número de habitantes do município.	Número de habitantes de determinado município.	2016
Renda <i>per capita</i>	RENDA	Soma dos rendimentos por domicílio dividido pelo número dos seus moradores.	Representa a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.	2010
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Educação	EDUC	Matrículas na educação infantil; Abandono no ensino fundamental; Distorção idade-série no ensino fundamental; Docentes com ensino superior no ensino fundamental; Média de horas aula diárias no ensino fundamental; Resultado do IDEB no ensino fundamental.	Índice que calcula o desenvolvimento socioeconômicos dos municípios brasileiros, tendo como base educação.	2013
FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS				

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

Endividamento	END	$END = \frac{PP + (PF - AF)}{RCL}$ <p>Onde: PP: Passivo Permanente; PF= Passivo Financeiro; AF= Ativo Financeiro; RCL= Receita Corrente Líquida</p>	Avalia o grau de comprometimento das dívidas de determinado ente com terceiros	2016
Indicador do Grau de dependência	IGD	$IGD = \frac{RTrans}{RT}$ <p>Onde: RTrans= Receita de Transferência; RT= Receita Total.</p>	Indica o grau de dependência da administração municipal em relação às transferências recebidas	2016
Indicador de Despesas com Pessoal	IDP	$IDP = \frac{Pes + Enc}{RCL}$ <p>Onde: Pes= Pessoal; Enc= Encargos; RCL= Receita Corrente Líquida.</p>	Refere-se à parcela das receitas correntes comprometidas com despesas de pessoal.	2016
Indicador de Despesas do Saúde	IDS	$IDS = \frac{Saúde}{RCL}$ <p>Onde: Saúde= Despesas com Saúde; RCL= Receita Corrente Líquida.</p>	Refere-se à parcela das receitas correntes comprometidas com despesas de saúde.	2016
Indicador de Despesas com Investimento	IDI	$IDI = \frac{GI}{RCL}$ <p>Onde: GI= Gastos de Investimento; RCL= Receita Corrente Líquida.</p>	Indica a relação entre as Despesas de Investimento e a Receita Corrente Líquida	2016

Fonte: O autor (2018)

Em relação às variáveis socioeconômicas, que dizem respeito à população e renda *per capita*, serão recolhidos os dados presentes no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que estão presentes em seu site (www.ibge.gov.br). Também tornou-se necessário a coleta de dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal para a avaliação do nível de desenvolvimento educacional, presente em seu site (www.firjan.com.br/ifdm). Após a coleta, esses dados foram ordenados em planilhas do *Microsoft Excel*, para que depois fossem usados no software *SPSS Statistics*®.

As variáveis financeiras-orçamentárias serão obtidas do site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscal do Setor Público (Siconfi) acessível no site (www.siconfi.tesouro.gov.br). Esses dados também foram lançados na planilha *Microsoft Excel*, mas para se obter os índices, foram realizados cálculos conforme as fórmulas presentes na Quadro 1.

A análise dos dados e resposta do problema se deu, essencialmente, pela análise de correlação de *Pearson*, a qual foi aplicada comparando-se a relação da transparência ativa e passiva em função das demais variáveis. Além deste teste estatístico, também foi desenvolvido análises da estatística descritiva, como média, desvio padrão e teste de diferença de médias.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este artigo tem como objetivo principal analisar a relação dos fatores socioeconômicos, financeiros e orçamentários na transparência pública dos municípios do norte pioneiro paranaense nos anos de 2016 e 2017. Partindo desta análise, será possível fazer uma comparação entre as variáveis pesquisadas, sua diferença de um ano a outro e como isso

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

influenciou no ranking de transparência ativa e passiva elaborado.

Para que fosse possível a análise, foram selecionados os municípios que compõem o Norte Pioneiro Paranaense, que são 46, subdivididos em 5 microrregiões. Para continuidade da pesquisa, realizou-se a estatística descritiva desse estudo, o que fará com que seja possível constatar as principais diferenças entre os anos estudados.

Para que se possa compreender melhor, foi elaborado um Ranking de Transparência Ativa e Passiva dos anos 2016/2017. Ressalta-se que da amostra de 46 municípios, no ano de 2016, somente 33 corresponderam às variáveis, e no ano de 2017, essa amostra foi reduzida para 30 municípios.

Tabela 1 – Ranking da Transparência Ativa e Passiva

Municípios	TA 2016	POS	TA 2017	POS	Municípios	TP 2016	POS	TP 2017	POS
NOVA AMÉRICA DA COLINA	10,00	2º	-	-	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	10,00	1º	9,31	8º
CAMBARÁ	10,00	1º	10,00	1º	PINHALÃO	10,00	2º	10,00	3º
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	9,29	3º	8,21	7º	URAI	9,31	3º	9,31	4º
SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	9,11	4º	-	-	LEÓPOLIS	9,31	4º	9,31	5º
ABATIÁ	9,11	5º	7,14	16º	CAMBARÁ	9,31	5º	6,90	26º
SIQUEIRA CAMPOS	8,57	6º	8,21	8º	JAPIRA	9,31	6º	10,00	1º
ANDIRÁ	8,21	7º	8,21	9º	SAPOPEMA	8,97	7º	9,31	14º
JACAREZINHO	7,86	8º	2,68	28º	SANTA MARIANA	8,62	8º	9,31	6º
SERTANEJA	7,68	9º	8,04	11º	JABOTI	8,62	9º	9,31	11º
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	7,32	10º	7,68	13º	NOVA AMÉRICA DA COLINA	8,28	10º	-	-
SALTO DO ITARARÉ	6,96	11º	6,96	18º	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	7,59	11º	10,00	2º
PINHALÃO	6,96	12º	8,39	4º	SIQUEIRA CAMPOS	7,59	12º	5,86	28º
ITAMBARACÁ	6,43	13º	6,07	19º	RIBEIRÃO CLARO	7,59	15º	-	-
LEÓPOLIS	5,54	14º	9,64	2º	CURIÚVA	7,59	14º	9,31	9º
SAPOPEMA	5,54	15º	3,21	26º	RIBEIRÃO DO PINHAL	7,59	13º	7,59	20º
SANTA MARIANA	5,36	17º	8,21	6º	SANTANA DO ITARARÉ	7,59	16º	8,62	15º
CORNÉLIO PROCÓPIO	5,36	16º	8,39	3º	QUATIGUÁ	7,59	17º	7,59	21º
IBAITI	5,18	19º	5,18	20º	ABATIÁ	6,90	18º	-	-
JAPIRA	5,18	18º	7,86	12º	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	6,90	19º	7,93	16º
JABOTI	5,18	20º	3,39	25º	ANDIRÁ	6,90	20º	9,31	7º
GUAPIRAMA	4,29	21º	4,11	24º	CORNÉLIO PROCÓPIO	6,90	21º	5,17	29º
RIBEIRÃO CLARO	3,75	25º	-	-	GUAPIRAMA	6,90	22º	6,90	22º
JOAQUIM TÁVORA	3,75	24º	7,14	15º	JACAREZINHO	6,90	23º	9,31	13º
SANTANA DO ITARARÉ	3,75	22º	4,29	23º	ASSAÍ	6,90	24º	6,90	23º
RIBEIRÃO DO PINHAL	3,75	23º	3,21	27º	JOAQUIM TÁVORA	6,21	25º	9,31	12º
CURIÚVA	2,86	26º	4,64	22º	SANTA AMÉLIA	5,86	26º	6,90	27º
CARLÓPOLIS	2,68	27º	2,68	29º	CARLÓPOLIS	5,86	27º	4,48	30º
QUATIGUÁ	2,50	28º	2,32	30º	SALTO DO ITARARÉ	4,48	28º	7,59	18º
ASSAÍ	2,14	29º	8,21	10º	SANTO ANTÔNIO DO	0,69	29º	6,90	25º

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

PARAÍSO									
URAÍ	0,54	30º	8,21	5º	ITAMBARACÁ	0,00	30º	7,59	19º
SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	0,00	32º	4,82	21º	IBAITI	0,00	31º	9,31	10º
SANTA AMÉLIA	0,00	33º	7,68	14º	SERTANEJA	0,00	32º	6,90	24º
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	0,00	31º	7,14	17º	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	0,00	33º	7,93	17º

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pode ser observado na Tabela 1, a posição dos municípios em relação a Transparência Ativa e Passiva. Seus valores variam de 0 à 10,0, onde o 10,0 significa total cumprimento dos requisitos impostos pelo Ministério Público Federal, baseado nas exigências legais das leis de transparência, e 0 corresponde ao total descumprimento dos requisitos.

No que diz respeito à Transparência Ativa, o município que ocupa o primeiro lugar é Cambará, sendo o mais bem colocado nos dois anos estudados, tendo cumprido todos os requisitos legais. Já no caso da Transparência Passiva, no ano de 2016, ocupou a 6ª colocação, tendo o valor de 9,31, mas no ano de 2017, desceu 20 posições no ranking, ficando em 26º, tendo uma pontuação de 6,90.

Ficando em 2º lugar na Transparência Ativa, tem-se o município de Nova América da Colina, obtendo a mesma pontuação de Cambará, porém, no ano seguinte, não fez parte dos municípios avaliados, já que na obtenção das variáveis, havia muitas informações incompletas, o que ocasionou sua exclusão da pesquisa no ano de 2017. Agora, em relação a Transparência Passiva, sua colocação foi em 10º, obtendo 8,28 pontos.

Ainda sobre as primeiras colocações, em 3º lugar tem-se Santo Antônio da Platina, com o valor de 9,29 no ano de 2016. Já em 2017, descendo 4 posições, ficando em 7º lugar, com 8,21. No caso da Transparência Passiva, no ano de 2016, ficou em 11º lugar e em 2017, ocupou a 2ª posição. Observa-se nesse caso, que houve uma melhora na Transparência Passiva, tendo a diminuição de 9 posições, ou seja, foi um dos municípios que tiveram uma diferença tão grande em relação a sua colocação no ranking de um ano à outro.

Sobre o ano de 2017, como dito acima, o mais bem colocado, foi o município de Cambará. Em 2º lugar, tem-se o município de Leopólis, com uma pontuação de 9,64, subindo 12 posições com relação ao ano anterior. No caso da Transparência Passiva, desceu uma posição mesmo mantendo a mesma pontuação do ano anterior, 9,31.

Agora, em relação aos últimos lugares no ano de 2016, tem-se as cidades de Santo Antônio do Paraíso, Santa Amélia e Santa Cecília do Pavão, que não obtiveram pontuação alguma por não cumprirem nenhum dos requisitos legais na transparência ativa, porém, na transparência passiva, Santo Antônio do Paraíso e Santa Amélia obtiveram pontuação, mesmo que pequena (0,69 e 5,86), o que não foi o caso de Santa Cecília do Pavão, que também não pontuou. No ano seguinte, Santa Cecília do Pavão foi do último lugar para a 17ª colocação em ambas as transparências, obtendo uma pontuação maior que 7 nos dois casos. Santo Antônio do Paraíso e Santa Amélia também pontuaram, a primeira cidade com a pontuação de 4,82 e a segunda com 7,68 na transparência ativa, já na passiva, pontuaram igualmente, com 6,90.

Se tratando do ano de 2017, os últimos lugares na transparência ativa ficaram a cargo de Jacarezinho, Carlópolis e Quatiguá. Esses dois últimos não tiveram tanta diferença em sua posição no ranking, já Jacarezinho desceu 20 posições, indo de 7,86 pontos para 2,68. Na

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

transparência passiva, Jacarezinho subiu 10 posições em comparação ao ano anterior, já Quatiguá e Carlópolis, apesar de terem ficado entre os dez últimos, não tiveram muita diferença com relação ao ano anterior.

Um questionamneto que é levantado observando a tabela é que o certo seria o município que fez uma pontuação ruim no ano de 2016, tentasse melhorar para que no ano de 2017 tivesse uma posição melhor, mas é visto que isso só acontece com alguns e não com todos.

4.1 Análise Descritiva

A Tabela 2 apresenta a estatístiac descritiva das variáveis selecionadas nesse estudo, apresentando dados relacionados a valores mínimo, máximo, média e desvio padrão, tanto para o ano de 2016, como para o ano de 2017.

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

Tabela 2 – Estatística Descritiva

	2016					2017				
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
TA	33	0,00	10,00	5,30	2,96	30	3,50	9,80	6,69	1,77
TP	33	0,00	10,00	6,55	3,02	30	2,32	10,00	6,40	2,29
POP	33	2.359	48.487	13.168	12.090	30	2.281	48.677	13.996	12.573
RENDA	33	450,45	819,87	585,31	100,29	30	450,45	819,87	595,24	99,27
EDUC	33	0,68	0,90	0,78	0,05	30	0,61	0,84	0,72	0,05
END	33	-2,31	2,05	-0,08	0,60	30	-0,55	2,03	0,21	0,60
IGD	33	0,65	1,13	0,92	0,11	30	0,61	0,95	0,81	0,08
IDP	33	0,42	0,59	0,52	0,04	30	0,38	0,75	0,47	0,06
IDS	33	0,03	0,36	0,27	0,06	30	0,06	0,30	0,23	0,05
IDI	33	0,01	0,20	0,08	0,04	30	0,01	0,26	0,06	0,05

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na tabela 2 é exposto os valores de média e desvio padrão das variáveis observadas nos anos de 2016 e 2017. Com relação à Transparência Ativa, a média entre os 33 municípios foi de 5,30, ou seja, os municípios cumprem 53% dos requisitos legais, no que diz respeito à divulgação das informações sem a necessidade do pedido de requerimento. Já no ano de 2017, a média foi de 6,69, o que corresponde à quase 67% do cumprimento dos requisitos. Embora esse valor seja mais alto em relação ao ano anterior, ainda está longe de ser um valor esperado, já que os municípios deveriam cumprir 100% dos requisitos legais.

O desvio padrão referente ao ano de 2016 ainda na Transparência Ativa é de 2,96, ou seja, quase 30% de variação com relação a média. No ano de 2017, esse valor ficou bem abaixo, aproximadamente 18% de variação com relação à média.

No caso da Transparência Passiva, a média ficou em 6,55 no ano de 2016, isto é, 65,5% de adesão aos requisitos da mesma. Em 2017, a média foi de 6,4, cerca de 64% dos requisitos cumpridos. É possível observar que não houve uma grande diferença em relação aos anos estudados nessa variável, mas ainda sim, é um valor baixo. Referente ao desvio padrão, foram obtidos os valores 3,02 e 2,29.

A média referente à população no ano de 2016 foi de 13.168, o que seria dizer que há esse número de habitantes em cada município da amostra. O desvio padrão foi de 12.090. Já no ano de 2017, a média foi de 13.996, não tendo muita variação em relação ao ano anterior. No caso do desvio padrão, o valor foi de 12.573.

Já em relação aos fatores socioeconômicos, a renda *per capita* média foi de 585,31, tendo o valor mínimo de 450,45 e o máximo de 819,87, podendo observar que a variação entre a renda desses municípios não é muito divergente, isso no ano de 2016. No ano de 2017, a média foi de 595,24. O desvio padrão nos dois anos ficou em 100,29 para 2016 e 99,27 para 2017. No caso do Índice Firjan, que diz respeito à Educação, a média em 2016 foi de 0,78, sendo considerado um desenvolvimento médio moderado, já em 2017, a média ficou em 0,61. O desvio padrão nos dois anos foi de 0,05.

No caso dos fatores financeiros-orçamentários, o endividamento, no ano de 2016, a média ficou em -0,08, ou seja, os municípios não estavam tão endividados como no ano de 2017, onde a média foi de 0,21. Em relação ao Indicador do Grau de Dependência - que indica o quanto a administração pública é dependente das transferências recebidas - em

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

2016, a média era de 0,92, já em 2017, a média foi para 0,81, ou seja, a dependência diminuiu de um ano a outro.

Nos próximos três fatores, pode ser observado que a média diminuiu de um ano a outro. No caso do Indicador de Despesa com Pessoal era de 0,52 em 2016, já em 2017, baixou para 0,47. No Indicador de Despesas com Saúde, em 2016 era 0,27 e em 2017 foi para 0,23. E o Indicador de Despesas com Investimento foi de 0,08 em 2016, para 0,06 em 2017.

Tabela 3 – Teste de Correlação

	2016					
	TA			TP		
	Correlação de Pearson	Significância	Força	Correlação de Pearson	Significância	Força
POP	0,314	0,075*	Fraca	0,142	0,430	-
REND	0,167	0,352	-	-0,176	0,327	-
EDUC	-0,215	0,229	-	-0,373	0,032**	Fraca
END	0,447	0,009***	Moderada	0,329	0,061*	Fraca
IGD	-0,406	0,019**	Moderada	-0,203	0,257	-
IDP	0,288	0,104	-	0,174	0,333	-
IDS	0,069	0,702	-	0,259	0,145	-
IDI	0,038	0,833	-	0,172	0,339	-
2017						
POP	0,146	0,442	-	-0,051	0,788	-
REND	0,109	0,567	-	-0,230	0,221	-
EDUC	-0,154	0,415	-	0,010	0,959	-
END	0,044	0,818	-	0,372	0,043**	Fraca
IGD	-0,174	0,358	-	-0,188	0,320	-
IDP	0,238	0,205	-	-0,022	0,907	-
IDS	-0,004	0,983	-	0,282	0,132	-
IDI	0,044	0,819	-	0,427	0,019**	Moderada

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Fonte: Dados da Pesquisa.

A tabela 3 corresponde à qual a intensidade da associação das variáveis pela Correlação de Pearson. Para sua interpretação, tem que entender que quanto mais perto de 1, independente de ser positivo ou negativo, maior o grau de dependência entre as variáveis, e quanto mais próximo de 0, menor a força dessa relação.

Começando com o ano de 2016, em relação a Transparência Ativa, a População teve uma correlação positiva sendo significativa à nível de 7,5% (0,075), ou seja, quanto maior o número de habitantes de um município, maior será seu nível de transparência ativa. Entretanto, essa relação é fraca, uma vez que o coeficiente da correlação foi 0,314. A renda e a Educação, tiveram uma relação, a primeira, positiva com a transparência ativa (0,167) e a segunda, negativa com a transparência ativa (-0,215), tendo uma correlação muito fraca e fraca consequentemente.

No caso do Endividamento, foi significativa a nível de 1% (0,009), tendo uma correlação positiva com a transparência Ativa (0,447), o que mostra uma relação moderada entre elas. Já o Indicador do Grau de dependência correlaciona-se negativamente com a Transparência Ativa (-0,406), sendo significativa a um nível de 0,019, o que corresponde a uma relação moderada entre as mesmas.

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

Do restante das variáveis, nenhuma obteve um nível significância com relação a transparência Ativa. O Indicador de Despesas com Pessoal, obteve uma correlação a um valor de 0,288, sendo considerada uma relação fraca entre elas. Já o Indicador de Despesas com Saúde, obteve uma correlação a valor de 0,069, sendo considerada uma correlação muito fraca com a Transparência Ativa. O Indicador de Despesas com Investimentos também teve uma correlação linear muito fraca, mostrada pelo valor de 0,038.

Entrando agora no caso da Transparência Passiva, a População não teve uma significância como no caso da Transparência Ativa, obtendo o valor de 0,142, considerado uma correlação linear muito fraca, assim como a Renda, mesmo ficando com um valor negativo (-0,176).

No caso da Educação, teve uma correlação negativa significativa a nível de 3,2% (0,032), entretanto, essa correlação é fraca, já que o coeficiente foi de -0,373, o que também foi o caso do Endividamento, porém tendo uma correlação positiva com a Transparência Passiva, a um nível de 0,061, com o coeficiente de 0,329.

Referente as outras variáveis, não teve mais nenhuma que tivesse um nível de significância com a transparência passiva. O Indicador do Grau de Dependência, ao contrário da Transparência Ativa, que teve uma correlação e significância moderada, na transparência passiva teve uma relação negativa com o valor de -0,203, sendo considerada uma correlação fraca. Já o Indicador de Despesas com o Pessoal, teve uma correlação linear muito fraca, ficando com o valor de 0,174. O Indicador de Despesa com Saúde, teve correlação linear fraca, com o valor de 0,259 e o Indicador de despesas com Investimento ficou com 0,172, sendo uma relação linear muito fraca com a Transparência Passiva.

Falando agora sobre 2017, no caso da Transparência Ativa, nenhuma variável teve significância com relação a TA. As variáveis que tiveram uma relação negativa com a Transparência foram a Educação, Indicador do Grau de Dependência e o Indicador de Despesa com Saúde, todos eles tendo uma relação linear muito fraca com a transparência ativa, com o valor de -0,154 e -0,174 e -0,004.

As variáveis restantes foram todas positivas, a População, Renda, Endividamento e Indicador de Despesas com Investimentos tiveram todos relação linear muito fraca com a Transparência Ativa, ficando entre 0 e 2, já o Indicador de Despesa com Pessoal, teve uma relação linear fraca, com o valor de 0,238.

No caso da Transparência Passiva, duas variáveis tiveram significância, sendo Endividamento, com a significância a nível de 4,3% (0,043), com uma correlação positiva a valor de 0,372, o que mostra uma correlação fraca entre elas, e o Indicador de Despesas com Investimento, com uma significância de 1,9% (0,019), tendo uma correlação moderada com transparência passiva, com um valor de 0,427 de correlação.

As outras variáveis, como a População, a Renda, o Indicador do Grau de Dependência e o Indicador de Despesas com Pessoal, obtiveram uma correlação negativa, com os seguintes valores: -0,051, -0,230, -0,188 e -0,022, onde o primeiro e o terceiro valor representam uma correlação linear muito fraca, já o segundo e último representam uma correlação linear fraca. A variável Educação e o Indicador de Despesa com Saúde, obtiveram uma relação positiva com a transparência Passiva, a primeira com relação linear muito fraca, com valor de 0,010, e o outro com relação linear fraca, com o valor de 0,282.

As tabelas seguintes são para as variáveis que foram significantes, cada qual correspondente a sua Transparência e seu ano em questão.

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

Tabela 4 – Distribuição de Frequências da Transparência Ativa e Variáveis Correlacionadas 2016

Nível	TA	N	%	END	POP	IGD
Muito Alta	10 a 8	7	21%	0,32	18.748	0,83
Alta	7,9 a 6	6	18%	-0,08	11.847	0,94
Moderada	5,9 a 4	8	24%	0,01	14.591	0,96
Baixa	3,9 a 2	8	24%	-0,14	11.761	0,93
Muito Baixa	1,9 a 0	4	12%	-0,80	5.355	1,01
		33	100%			

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como pode ser visto na tabela 3, as únicas variáveis que tiveram correlação significativa com a Transparência Ativa em 2016 foram a População, o Endividamento e o Indicador do Grau de Dependência. Os municípios pesquisados, foram separados em níveis conforme a sua relação com as variáveis. Dos 33 municípios, apenas 7 tem uma relação muito alta da Transparência Ativa com as variáveis significantes. Estes municípios são os que tiveram uma melhor pontuação no ranking da transparência (Tabela 1). Seu índice de Endividamento foi de 0,32 e sua população foi de 18.748, o que pode ser entendido nesse caso é que o Endividamento é alto em municípios que são mais populosos e mais transparentes.

O municípios no nível alto compõem 18% da amostra, que são aqueles que ficaram entre 7,9 e 6 no ranking. Observando a população, percebe-se que há uma diminuição com relação a população do nível muito alto, ou seja, diminuiu a população, conseqüentemente, diminuiu o endividamento, ficando em -0,08, com uma população de 11.847. Os municípios que ficaram em nível moderado, ou seja, os que pontuaram de 4 a 5,9, são 8. Sua população aumentou com relação à do nível anterior, sendo 14.591, e como já falado acima, quanto mais populoso, maior o endividamento, que pode ser observado que subiu para 0,01. Os municípios do nível baixo, representam 24% dos que participam do ranking, sendo os que pontuaram de 2 a 3,9. Sua população está em 11.761, o que acabou diminuindo novamente o endividamento, baixando para -0,14. Agora, os que compõem o nível muito baixo são 4, sendo 12% dos municípios pontuados. Esses são os que pontuaram de 0 a 1,9, ou seja, os que são menos transparentes, da pesquisa no ano de 2016. Pode ser observado que a população é 5.355, e que o endividamento baixou para -0,80, mais uma vez provando que os municípios menos populosos são os menos endividados, e também os menos transparentes.

Assim como na pesquisa de Baldissera (2010, p. 95), que foi realizada em uma amostra de 3.550 municípios, a variável População, influencia positivamente e significativamente, o nível de transparência geral (pesquisa dele), mas no caso dessa, influencia a transparência ativa, conferindo a ideia de que os municípios mais populosos, cumpram as exigências legais da transparência mais efetivamente.

Tabela 5 – Distribuição de Frequências da Transparência Ativa e Variáveis Correlacionadas 2017

Nível	TA	N	%
Muito Alta	10 a 8	11	37%
Alta	7,9 a 6	8	27%
Moderada	5,9 a 4	5	17%
Baixa	3,9 a 2	6	20%
Muito Baixa	1,9 a 0	0	0%

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

30 100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pela Tabela 3, observa-se que nenhum município teve significância com relação a Transparência Ativa em 2017, portanto, a tabela 5 só faz referência aos municípios e seus níveis.

Tabela 6 – Distribuição de Frequências da Transparência Passiva e Variáveis Correlacionadas 2016

Nível	TP	N	%	EDUC	END
Muito Alta	10 a 8	10	30%	0,75	0,13
Alta	7,9 a 6	15	45%	0,79	0,01
Moderada	5,9 a 4	3	9%	0,78	-0,43
Baixa	3,9 a 2	0	0%	-	-
Muito Baixa	1,9 a 0	5	15%	0,82	-0,52
		33	100%		

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na tabela 6 tem-se novamente a separação dos municípios por níveis conforme a sua relação, mas agora, será a relação com a Transparência Passiva em 2016. As únicas variáveis que foram significantes são a referente a Educação e ao Endividamento. No nível de relação muito alto, onde os municípios tem a pontuação de 8 a 10 no ranking, fazem parte 10 municípios, ou seja, 30% dos que foram pesquisados. Seu índice de endividamento foi de 0,13, e a educação foi de 0,75. Se já for começar a analisar, pode se constatar que esse valor para a educação é um dos mais baixos da tabela, e do endividamento é um dos mais altos, ou seja, os municípios que são mais transparentes são os mais endividados, e também os que tem um nível de educação mais baixo entre os pesquisados.

Os que estão no nível alto são 15 municípios, os que ficaram com a pontuação entre 6 e 7,9, representando 45% dos municípios estudados nesse ano. Nesse caso, o nível de endividamento está a 0,01, e a educação está a 0,79, ou seja, menos endividamento com relação ao nível mais alto, como consequência, um nível de educação melhor. No nível moderado, 3 municípios ficaram com o endividamento em -0,43 e a educação a 0,78. Nesse caso, se fosse pra seguir o exemplo dos outros, a educação deveria ter sido mais alta, mas ficou um ponto abaixo das que estavam no nível alto.

O nível baixo não teve nenhum município, já que no ranking, nenhuma cidade teve a pontuação de 3,9 a 2. Já o nível muito baixo, teve 5 municípios, representando 15% dos estudados. O endividamento está a um valor de -0,52 e a educação está com 0,82. Nesse caso é possível visualizar expressivamente que o endividamento é bem menor em relação aos municípios dos outros níveis, e a educação bem maior.

Para Baldissera (2018, p. 95):

O nível educacional influencia positivamente a transparência dos municípios brasileiros. Em municípios cujo o desenvolvimento em educação é elevado, apresentam maiores níveis de transparência. Deste modo, a variação positiva nos índices de educação de um município tende a aumentar o nível de transparência geral deste respectivo ente.

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

Pode ser observado, porém, que a Tabela representa o contrário do resultado da pesquisa de Baldissera, já que os municípios menos transparentes são os que tem um nível educacional mais elevado com relação aos mais transparentes.

Tabela 7 – Distribuição de Frequências da Transparência Passiva e Variáveis Correlacionadas 2017

Nível	TP	N	%	END	IDI
Muito Alta	10 a 8	15	50%	0,40	0,07
Alta	7,9 a 6	12	40%	-0,05	0,05
Moderada	5,9 a 4	3	10%	-0,09	0,03
Baixa	3,9 a 2	0	0%	-	-
Muito Baixa	1,9 a 0	0	0%	-	-
		30	100%		

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na tabela 7, as variáveis relacionadas com a transparência passiva que tiveram significância foram a de endividamento e o Indicador de Despesa com Investimentos. Nesse caso pode ser observado que os municípios do nível muito alto, composto por 15 cidades, tem um endividamento de 0,40 e o IDI de 0,07. Já os de nível alto, que são 12, tem um endividamento de -0,05 e o IDI de 0,05. E os de nível moderado, tem um endividamento de -0,09 e o IDI de 0,03. O que pode ser considerado nesse caso, o quanto mais baixo o IDI, mais baixo também será o endividamento.

4.2 Discussão dos Resultados

Os aspectos socioeconômicos só foram significativos em dois casos, que foi a população tendo uma força fraca com relação a transparência ativa, e a Educação, também com força fraca em 2016. Mas apesar de serem significativas, a última exerce um impacto negativo, já que sua correlação foi negativa. No ano de 2017, nenhuma variável, tanto socioeconômica como financeira-orçamentária, exerceram impacto significativo nas transparências.

Agora com relação aos aspectos financeiros-orçamentários, no ano de 2016, o Endividamento teve significância tanto na Transparência Ativa como na Passiva, na primeira com força moderada, e na segunda com força fraca, nos dois casos mostrando que quanto mais transparente o município, mais endividado.

Em 2017, as únicas variáveis que exerceram significância com relação a Transparência Passiva, foram o Endividamento, com uma força fraca, e o Indicador de Despesas com Investimento com força moderada. O que pode ser observado nesse caso é que quanto menor o Indicador de Despesas com Investimento, menor será o Endividamento do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trata de um assunto relativamente novo, já que ainda não foi muito pesquisado profundamente. A transparência é algo indispensável para uma boa governança em qualquer lugar, já que diminui a corrupção, e aumenta a confiança do cidadão com relação aos atores políticos, sendo considerado um instrumento de avaliação eficiente, ajudando a população sobre a destinação de recursos disponíveis.

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar a relação dos aspectos financeiros, orçamentários e socioeconômicos na transparência pública dos municípios da mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense e a partir disso, identificar quais as variáveis influenciam positivamente e negativamente na Transparência Ativa e Passiva dos municípios nos anos de 2016 e 2017 e qual a sua relação com as transparências.

Como dito acima, o trabalho foi feito nos municípios que fazem parte do Norte Pioneiro Paranaense, um total de 46 cidades, em que foram recolhidos os dados das variáveis socioeconômicas e financeiro-orçamentárias, disponíveis no site do STN, do IBGE, da FIRJAN, e depois de recolhidos, dispostos em planilhas. Com relação às Transparências, o site usado foi o do MPF, onde acessando a parte de Transparência, o tópico “itens avaliados” constava quais eram as exigências legais para cada site municipal. Cada item avaliado correspondia a um valor, em que se todos fossem cumpridos, somariam ao final 10 pontos. Coletando os dados, foi visto que nem todos os municípios os forneciam completamente, então no ano de 2016, dos 46 municípios da amostra inicial, foi reduzido para 33, e no ano de 2017 foi reduzido para 30. Entre os procedimentos de análise, realizou-se a análise descritiva, teste de diferença de médias e Correlação de Pearson.

Depois de coletados os dados e separados em planilhas, fez-se a Correlação de Pearson das variáveis com relação a transparência ativa e passiva. Depois disso, elaboradas tabelas correspondentes as variáveis que foram significantes a cada transparência e seu ano correspondente.

Um dos principais resultados obtidos é que não é porque o município é o mais populoso e também o mais transparente que ele vai ser o menos endividado, na verdade, foi comprovado o contrário. Também foi observado que quanto menos dívida o município possuir, mais desenvolvido em Educação será, isso no caso dos municípios que se classificaram como menos transparentes.

Uma das ideias que se tem, é que quanto maior o município, maior será a sua transparência, já que pode haver uma cobrança maior da população acerca da prestação de contas dos agentes públicos, e essa ideia pôde ser firmada com base na Tabela 4, já que a média populacional dos municípios que mais cumprem as exigências legais é a maior. Pode ser observado também que quanto menos despesa com investimentos, menos dívida o município terá.

Entre as limitações dessa pesquisa tem-se o fato de quem vários municípios da amostra não tinham os dados completos, o que fez com que fossem excluídos da pesquisa. Outros procedimentos também poderiam ser aplicados, tanto quantitativos como qualitativos, mas a análise se restringiu somente aos testes propostos.

Deve-se considerar que esses resultados se restringem à amostra e ao período estudado. Para pesquisas futuras, sugere-se que utilizem os dados do ano de 2017 e façam uma pesquisa sobre o ano de 2018, para que se faça uma comparação e análise como a que foi feita nesse artigo, para conferir se esses resultados se mantêm, melhoram ou pioram dependendo do período estudado.

REFERÊNCIAS

BAIRRAL, M. A.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. S. **Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010.** Revista de Administração Pública – RAP [en línea] 2015, 49 (Maio-Junho). Disponível

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

em:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241038414005>. Acesso em: 13 maio 2018.

BALDISSERA, J. F. **Determinantes da Transparência Pública:** um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná.

BALDISSERA, J. F.; DALL’ASTA, D.; CASAGRANDE, L. F.; OLIVEIRA, A. M. B. D. Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 340-359, 2020.

BARBOSA, Alexandre Fernandes. **Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil.** In: CGI.br(Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008. São Paulo, 2009.

BIDERMAN, Ciro; PUTTOMATTI, Giulia. **Metodologia do Índice de Transparência.** Disponível em: http://www.indicedetransparencia.org.br/?page_id=7 . Acesso em 17 maio de 2018.

CRUZ, C. F. **Transparência na gestão Pública Municipal:** referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação da Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CRUZ, Claudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Transparência na Elaboração, Execução e Prestação de Contas do orçamento municipal:** um estudo em um município brasileiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.1, maio/ago, 2008.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança – Brasília* – v.12, n.3, p. 102-105, set/dez, 2009.

CULAU, Ariosto Antunes; FORTIS, Martin Francisco de Almeida. **Transparência e controle social na administração pública brasileira:** avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. XI Congresso Internacional Del CLAD sobre la reforma Del Estado de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7-10 Nov. 2006.

ENSSLIN, L; MONTIBELLER-NETO, G; NORONHA, S. M.. **Apoio à decisão:** metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas. Florianópolis: Insular, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOES, Hélio Santos de O. e DAMASCENO, José Carlos dos S. **Governo eletrônico:** uma proposta de cidadania, democracia e inclusão na “era digital”. *Adcontar*, Belém, v.5, 2004.

GOMES FILHO, Adhemar Bento. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente.**In: X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 2005. Anais..., CLAD, 2005.

**TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE**

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

GOVERNO FEDERAL, MINISTERIO DA TRANSPARENCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA

GERAL DA UNIAO. CONTROLE SOCIAL. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/>. Acesso em: 15 maio 2018.

GRAU, NuriaCunill. **A democratização da administração pública:** os mitos a serem vencidos. In: Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, nº 8 – Gestão pública e participação. Salvador: FLEM, 2005.

MORAES, M. G.; PLATT NETO, O. A. Portal da Transparência do Senado Federal: funcionalidades, limitações e propostas para aprimoramento. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 10, n. 3, p. 131-153, 2016..

KEUNECKE, L. P.; FLACH, L.; TELES, J. **Práticas de Accountability: uma análise do índice de transpa-rência nos municípios mais populosos de Santa Catarina.** Revista Contemporânea de Contabilidade [en linea] 2011, 8 (Julio-Diciembre). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76222308008>. Acesso em 25 maio 2018.

LEWIS, J. R. T. (2011). **From Formal-passive to Informal-active Transparency:** Freedom of Information, eGovernance and WikiLeaks. *Global Conference on Transparency Research*, 1, Rutgers University Newark, New Jersey.

LUNKES, Rogério J.; LYRIO, Mauricio V. L.; NUNES, Gisele S. F.; STAROSCKY, Enéias A. **A transparência dos portais das prefeituras em municípios catarinenses sob a perspectiva da legislação brasileira.** Disponível em: <http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/73>. Acesso em 17 maio 2018.

MORO, R. F. **O que você precisa saber sobre transparência pública.** Fonte: e-gestãopublica.com.br Disponível em: <http://www.e-gestaopublica.com.br/o-que-voce-precisa-saber-transparencia-publica/> Acesso em: 25 maio 2018.

MOTA, Benito Furtado; DINIZ, Josedilton Alves; SANTOS, Leandro da Costa. **A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal.** Revista Contabilidade, Gestão e Governança, [S.l.], v. 20, n.2, p.293-313, aug.2017. ISSN 1984-3925. Disponível em: <https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/1185>. Acesso em: 18 maio 2018.

PASCARELLI FILHO, Mario. **A Nova Administração Pública:** Profissionalização, Eficiência e Governança. São Paulo: Dvs Editora, 2011

POLIZEL, J. **A Transparência na Gestão Pública:** Um Estudo nos Municípios da AMUNOP a luz da Lei nº 12.527/2011. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade estadual do Norte do Paraná, Paraná.

SANTANA JR, J. J. B.; LIBONATI, J. J.; VASCONCELOS, M. T. C.; SLOMSKI, V. **Transparência Fiscal Eletrônica:** uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgão dos estados e do Distrito Federal do Brasil. Revista de Educação e pesquisa em Contabilidade [en linea] 2009, 3 (Septiembre – Diciembre). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441642768005>. Acesso em: 10 maio 2018

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. **Governo Eletrônico no Brasil.** In: Revista Espaço Acadêmico, no 37, junho/2004.

TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO NORTE
PIONEIRO PARANAENSE

Casagrande, K.F.; Baldissera, J.F.

VIEIRA, Flávia M.; SANTOS, Vando V. B. **Governo Eletrônico:** A busca por um governo mais transparente e democrático. III Congresso Consad de Gestão Pública – CONSAD/2010, Brasília. Disponível em:

[http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material %20CONSAD/paineis III congresso consad/painel 5/governo eletronico a busca por um governo mais transparente e democratico.pdf](http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/Material%20CONSAD/paineis%20III%20congresso%20consad/painel_5/governo_eletronico_a_busca_por_um_governo_mais_transparente_e_democratico.pdf). Acesso em: 17 maio 2018

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2001.